

Brasil perde segunda parcela do FMI

178

BRASÍLIA — O governo brasileiro adiou para o segundo semestre o saque da segunda parcela do empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI), no valor de US\$ 250 milhões, informou ontem oficialmente o secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente. O adiamento forçado foi consequência do aumento imprevisto nos gastos públicos medidos pelo resultado operacional do setor público (governo central, estatais e estados e municípios). Este item mede o saldo entre as receitas e despesas públicas, incluindo gastos com juros. Nas três esferas foi gerado um déficit operacional de Cr\$ 10,8 trilhões, quase o dobro do limite previsto no acordo, que era de Cr\$ 5,6 trilhões.

Pedro Parente atribui o descumprimento da meta à queda de Cr\$ 3 trilhões na arrecadação ocorrida neste primeiro trimestre, do qual Cr\$ 1,2 trilhão foi decorrente das ações judiciais contra o Finsocial, e o restante foi resultado do adiamento de alguns impostos reformulados pela reforma tributária aprovada em dezembro pelo Congresso Nacional. Além deste dinheiro não ter entrado nos cofres



Brasília — Luiz Antônio

Parente (sorrindo): mais austeridade no setor público

públicos, o governo teve ainda que retirá-lo da economia, trocando-o por títulos do Banco Central, para evitar um aumento na oferta de crédito que pudesse elevar a inflação. Com isto, aumentou as taxas de juros pagas pelos títulos no trimestre, afetando o resultado operacional.

Apesar de não ter sido cumprida

esta meta, Parente afirma que o programa econômico está dando resultados, e diz que o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, já conhecia estes problemas quando fez elogios à condução da política econômica brasileira no mês passado. Para se obter o superávit primário de 2,65% do Produto Interno Bruto, o governo

teve que cortar gastos de Cr\$ 2 trilhões neste primeiro trimestre. E ele acredita possível segurar o déficit, pois a arrecadação adiada começará a aumentar a partir de agora.

Tarifas No conjunto das contas públicas, os estados e municípios tiveram o pior desempenho: um déficit de Cr\$ 400 bilhões, quando precisavam obter superávit primário de Cr\$ 1,1 trilhão. As estatais foram as que mais contribuíram para o superávit primário. Obtiveram neste trimestre um resultado de Cr\$ 3 trilhões, quando a exigência era de apenas Cr\$ 1,6 trilhão. Ao mesmo tempo, o governo central obteve superávit de apenas Cr\$ 1 trilhão, quando precisava de Cr\$ 3 trilhões.

Para recuperar-se, o Brasil terá que cortar ainda mais os gastos nestes próximos três meses, para que se seja gerado um déficit operacional extra de Cr\$ 600 bilhões, que é o espaço existente entre os Cr\$ 10,8 trilhões já acumulados e o teto de Cr\$ 11,4 trilhões fixado para o semestre. Se não cumprir novamente a meta semestral, o Brasil terá que pedir a revisão do acordo, antes de obter autorização para o saque.